

ELOGIO DA VARIANTE*

Bernard Cerquiglini**

RESUMO

Este artigo discute as abordagens filológicas diante do problema da concepção e do tratamento a ser dispensado às variações – ou variantes – identificadas nas fontes manuscritas. O autor parte do ideal nostálgico dos pioneiros da Filologia, que perseguiram a reconstituição de um texto seguro e original, para, em seguida, questioná-lo, indicando que as variantes são características essenciais em várias tradições de manuscritura. Tratando particularmente da obra literária da Idade Média, o texto procura demonstrar como os textos medievais se opõem às ideias de autenticidade e de unicidade que comandaram os métodos de abordagem da Filologia francesa.

PALAVRAS-CHAVE: *Autenticidade. Filologia francesa. Manuscritura medieval. Variante.*

Através de uma de suas fórmulas lapidares e cuidadosamente equívocas, que ele difundia com malícia, Emile Benveniste notava que para a linguística estrutural a realidade do objeto não se separa do método próprio a defini-lo. Certamente, é difícil imaginar uma ciência que não tenha por gesto primeiro talhar à sua medida um segmento do real enunciável e calculável; no entanto a complexidade desencorajadora da linguagem e o elo hermenêutico necessário à língua tornam esta questão crucial para a linguística geral. O “como começar?” é sempre um “como sair disso?”. Examinar como as teorias, as escolas, as gerações construíram a cada vez o objeto de língua que lhes era pensável será

* Publicado originalmente com o título “Éloge de la variante” (cf. CERQUIGLINI, 1983a). Tradução de Márcia Arruda Franco (Universidade de São Paulo) e Cristina Nagle (Universidade Estadual de Campinas).

** Universidade de Paris VIII.

escrever a história desta disciplina, como diria Guillaume d'Ockham. Ruído de anátema e de arrependimento, fluxo de conceitos, movimentos do pêndulo e da espiral. No debate que felizmente agita a linguística contemporânea, cada posição parece reduzível a seus dados; é neste nível bem concreto que se medem os avanços reais, se desmascaram as imposturas, se ataçam as polêmicas. Nossa história da linguística perguntaria a cada teoria: “Qual é a sua filologia?”; e o debate atual sobre a noção do exemplo é revelador. A intuição e o texto formam uma oposição que é preciso aprofundar e prolongar. Pois se percebemos bem os limites do exemplo devido à pura introspecção, não se trata de abandonar o jaleco branco do “laboratório” para retornar, o olho vagando, a seu querido velho Stendhal. Revanche final do *khâgneux sur le taupin*, do humanismo sobre a ciência. A linguística, mesmo desejando ser uma atividade científica, reencontra, através do seu progresso, um campo de investigação negligenciado, ao qual parece voltar-se novamente. Mas não se trata mais do mesmo objeto, os estudos reunidos neste dossiê são a prova disso. Por um lado, o texto literário retorna em parte para responder a uma necessidade nova (fornecer a representação de fenômenos discursivos e semânticos de uma amplitude e de uma originalidade que ultrapassa a simulação introspectiva), e, por outro, para dar a imagem da outra parte de uma atividade significativa captada em sua própria produção. O exame linguístico privilegia o esboço, o rascunho, todo o espaço da paráfrase, da repetição e da mancha na página, onde se ouve a polifonia dos sentidos. Nós a compramos como a um grande prêmio, pois através desta investigação, desse olhar, o texto constitui-se exatamente no novo objeto que a dinâmica da pesquisa se atribui a si mesma. Desta, o manuscrito é a assinatura, o registro escrito.

O estudo da língua francesa antiga representa um curioso microcosmo da atividade científica esboçada acima. Quando o campo é pequeno, as tensões e urgências são mais vivas. À necessidade primordial de constituir o seu objeto corresponde uma necessidade prática de estabelecer tais dados e de fazer a teoria de seu estabelecimento. Mais do que nunca a questão da filologia está na ordem do dia; o linguista medievalista trabalha com manuscritos cuja diversidade é portadora de sentidos para ele, diante dos quais deve tomar partido. A noção de variante é a realidade concreta dum debate que cremos exemplar. Veremos que os filólogos, devotos escrupulosos dos fatos, souberam manejar com destreza a lâmina de Mestre Guillaume.

Constar a parte dos estudos medievais na formação de práticos mais diversos da linguagem não é pregar para convertidos, mas folhear um anuário profissional; e com legitimidade. Essa experiência do outro, em qualquer estado de espírito que seja vivida, marca uma ruptura no elo biológico da língua mãe, objetivação mínima ao alcance reflexivo. Assim a maior parte das ideias relativas à descrição linguística é aqui questionada, perdendo a sua evidência, e ganhando um *status* experimental e metodológico. Claro que descrevemos uma língua que não tem nada mais de viva; nem se trata das línguas antigas acompanhadas de uma tradição gramatical multissecular, de ensino quase nunca interrompido, e que podemos ainda escrever quase sem ridículo. Esta língua perdida no tempo, como outras o são num subcontinente, nos é conhecida através de documentos de uma natureza muito particular. Eles formam uma literatura redigida numa *scripta*, língua literária de convenção que transcende a disparidade dos dialetos, e que emerge no seio do meio clerical, neste instante que julgamos crucial, quando a língua veiculada ascende à escrita. Nossa hipótese é a de que o *vulgare latium* concebido por Dante “quod omnis latie civitates est et nullus esse videtur”,¹ teve bem cedo um predecessor na França setentrional; a tomada de consciência da literalidade do *corpus* medieval, negligenciado pela gramática histórica, pode conduzir a uma mudança profunda nos princípios e métodos da pesquisa diacrônica (CERQUIGLINI, 1983b). Não apenas tornou-se vã a arqueologia de uma hipotética língua falada, mas o *status* do sujeito falante é deslocado. Uma vez que o modelo da comunicação literária é substituído pela imagem de uma comunicação veiculada (na mesma época, de outro modo, a teoria desta comunicação, aliás, é singularmente complicada para as línguas vivas), o elo entre o enunciado textual e quem o produziu perde a sua transparência. Assim, do registro dialetal sem dúvida decorre menos lapso (pode-se seguir a filologia até Viena...) do que dum projeto estético: o próprio uso da língua não reenvia a um enraizamento geográfico, mas à comodidade, ao gosto (o notário florentino Brunetto Latini escreve em francês o seu *Tresor*), e ainda ao gênero literário. A curiosa mistura linguística de algumas canções de gesta da Itália do Norte não resulta duma questão de línguas em contacto no seio do *Weinreich*; trata-se da tentativa de jograis transalpinos de compor em francês literário, língua que lhes parecia ligada por convenção ao estilo épico (CHAYTOR, 1945, cap. 3). Sem a sombra de um *native speaker*, portanto, mas sim de anônimos *cosmopolites writers*.

¹ Dante, *De vulgari Eloquentia*, I XVI (cf. DANTE, 1957).

Os avanços da pesquisa no campo medieval reencontram o texto literário, que a gramática histórica havia perdido de vista. Ou melhor, que ela não podia sequer ver, ocupada que estava em reconstruir uma língua pulsando livremente em edições proporcionadas por uma ciência auxiliar, a filologia; a especificidade e tipologia das obras não eram levadas em conta, da mesma maneira como eram consideradas confiáveis as suas edições. Divisão do trabalho que condenava o diálogo, às vezes, no mesmo indivíduo, entre a sensibilidade do literário, a imaginação do gramático, o rigor do filólogo. Ora, o vasto retorno aos dados que afetam nosso campo de estudos, pelas razões gerais e particulares que vimos, conduz os linguistas a se preocuparem com a manipulação dos textos. Trata-se de uma mudança profunda de atitude da qual o manuscrito é, outra vez, o registro escrito.

Que o linguista se torne filólogo não é nada lamentável, pois o texto medieval igualmente constitui uma rica escola de alteridade. Recordemos que a literatura da Idade Média, tardiamente institucionalizada na área acadêmica e universitária, teve por um longo tempo necessidade de promoção, e necessita ainda de alguma defesa (por lutar contra toda infantilização). Estas ideias são muito louváveis, mas não acontecem sem redução a um modelo prestigioso. O que se enunciava no início do século na comparação entre a *Canção de Roland* e a tragédia raciniana, setenta anos depois, foi redescoberto no lirismo cortês: o próprio texto semiológico. Pode-se duvidar que o debate vivo atual sobre a oralidade desta literatura escape a este processo. Perigo inevitável, do qual temos de ser conscientes, desde que “falamos de Idade Média” (ZUMTHOR, 1980). É que o texto medieval na sua materialidade é estranho a nosso arcabouço conceitual, a nossos métodos de abordagem e de leitura; e isto gera consequências na descrição gramatical.

Peguemos o exemplo da bastante notável edição que Jean Rychner organizou do *Lai de Lanval* de Maria de France (RYCHNER, 1958). É um pequeno livro que contém apenas este texto; sobre a capa lê-se em caracteres grandes o nome da autora Maria de France (como tal conhecida no paradigma homogêneo dos autores franceses até hoje em dia, por pouco que saibamos dela, em todo caso, o seu *status* era outro) e o título, *Le Lay de Lanval*, da obra (intitulada e assim fechada). O gesto do editor – e como poderia ser diferente? – captou e colocou no espaço fechado do livro (em um volume), atribuído a um indivíduo (numa grafia que bem a propósito nomeamos *titular*), um segmento

do escrito, tomado na corrente ininterrupta de colunas nos variados fólhos de um códice manuscrito. E tem mais. Na edição, o texto começa assim, (nós o restituímos à forma outra do manuscrito de base, corrigida e alterada *en altre* por Jean Rychner):

- 1 L'aventure d'un autre lai,
Cum ele avint, vus cunterai.
Faiz fu d'un mult gentil vassal:
- 4 En bretanz l'appellent *Lanval*.

Se pensarmos, com os gramáticos, que a ordem dos termos é praticamente livre no francês antigo, a construção dos versos 1 e 2 – “grupo objeto nominal” + “grupo verbal” = “não importa a ordem” – não causa estranheza; nós, ao contrário, pensamos que ela é fortemente marcada, temática, (o “grupo objeto nominal” está, por um lado, anteposto, e, por outro, destacado pela anáfora pronominal), o que é preciso levar em conta. Igualmente, a expressão “un autre lai” parece curiosa (esperaríamos algo como “L'aventure d'un lai”, simplesmente); é preciso situar tal ocorrência entre os exemplos que sugerem uma particularidade de emprego deste qualificativo no francês antigo?² O caráter anafórico deste pórtico, como introdução ao tema, o faz estranho. No manuscrito que serve de base à edição (British Museum, Harkey 978), o *Lai de Lanval* é precedido dum texto de Marie de France, o *Lai de Bisclavret*; lê-se continuamente no fólho 154r:³

Laurenture ke auez oie
Veraie fu nen dutez mie
De bisclaueret fu fet li lais
Pur remembrance a tut dis mais
Laurenture dun autre lai
Cum ele auient v^o cunt'ai

A passagem ganha uma unidade viva, e a análise gramatical pode ser exercida. Uma pista desaparece bruscamente; o emprego do indefinido *autre* se explica facilmente aqui, por meio da referência à expressão “De bisclaueret fu fet li lais”. Uma pista é fecunda: a construção que antepõe “o grupo objeto

² “Ensembles gisent com *autre* ribaudaille”. *Prise d'Orange*, ms. C, 1791; “Les piés li comenche a baisier, / A l'*autre* cors n'ose aprochier”, *Marie l'Egyptienne*, ms. T, 1382; “Li rois i va et li *autre* baron”. *Ami et Amile*, 1652; etc.

³ Utilizamos a edição diplomática preparada por K. Warnke (cf. WARNKE, 1925).

nominal” (“Laventure d’un autre lai / Cum ele avint”) é mesmo uma articulação temática, que retoma a palavra *aventure* empregada mais em cima, logo em função de sujeito anteposto (“Laventure ke auez oie / Veraie fu”). Vê-se que os dois predicados “aventure” e “lai” transformaram-se no tema principal, cujo valor de enunciado inaugura o *Lai de Lanval*; não há solução de continuidade:

(aventure, lai)
L'aventure d'un autre lai,
Cum ele avint, vus cunterai.

Em suma, teremos o trabalho de um discurso, multiproposicional, unificado por um denso anaforismo. A edição substitui tais discursos, por uma frase, autônoma e fechada, cujos elementos anafóricos (discursivos) são desconectados.

Insistiremos aqui noutro aspecto maior pelo qual o texto medieval afasta-se completamente de nossos modos de abordagem, perturba a análise, se reduzido ao suporte impresso, e pode lhe fornecer o manuscrito, ao contrário, muitos elementos. Trata-se do que Paul Zumthor chama de *movência*.

NE VARIETUR?

A obra literária na Idade Média é uma variável. Nesse sentido, se opõe à autenticidade e à unidade que os modernos associam a toda produção estética. É verdade que a genética literária perturbou um pouco a unidade do escrito, veja-se até mesmo a vetorização simples e teleológica de sua produção; no entanto, mesmo se for preciso supor para o texto moderno um espaço de elementos (anteprojetos, rascunhos, retoques etc.) diversamente ligados entre si, este conjunto tridimensional, esta nuvem, se orienta e se ordena sobre um ponto: a versão acabada, assinada, pronta para publicação. A situação medieval, exceto os raros e bem tardios manuscritos autógrafos (cf. ORNATO, 1976),⁴ é bem diferente. Vejamos o inverso (se optamos pela autenticidade perdida), a perfeição é anterior, quando a voz do autor ditava ao primeiro escriba uma versão que desagrega a multidão e a incúria de indivíduos copiando uma literatura “vulgar”; o texto medieval não está ligado nem na sua produção nem na sua recepção ao conceito de originalidade, pois pertence a quem o manipule

⁴ A metodologia apresentada por Ornato concorda com aquela que foi desenvolvida para os manuscritos modernos e com a perspectiva genética.

e o reproduza. Estas duas perspectivas que aparecem na disciplina sobre a querela entre antigos e modernos justificam a extrema maleabilidade do que se convencionou chamar (o que talvez seja bem perigoso) de “texto” medieval. Assim também com o debate mais recente entre o oral e o escrito. Quer se atenha a uma transmissão que se fia na memória apenas (e correlativamente nas técnicas de recriação formulativa), ou que se adotem as posições intermediárias (por exemplo, em função dos gêneros), a movência do objeto permanece a realidade principal. O dado concreto do medievalista é, portanto, um conjunto de formas manuscritas disparatadas e não ordenadas; a questão primordial é ainda: “Como resolver ou sair disso?”.

O linguista é levado a adotar uma prudência dubidativa diante de qualquer edição na medida em que o editor é alguém que saiu do manuscrito, que o resolveu, que reduziu o excesso daquilo de onde copiou à unidade dum texto moderno. Tal operação de captura e de apropriação que vimos anteriormente, por assim dizer, simplesmente vertical, aqui é horizontal, e de um jeito muito mais draconiano. Trata-se de um excedente do texto e da língua, despejado para fora do legível, para não dizer do pensável. Os debates nesta área de estudos, como se imagina, são ricos de interesse.⁵

A história dos métodos propostos para edição dos textos medievais da língua vulgar é curiosamente cheia de ruídos e de furor. Sintoma da importância dessa atividade, que prepara o que será a matéria do discurso gramatical e literário, dando a ler, informando tal leitura. Mas também secretamente formada por ela; a edição, disciplina rigorosa e austera, é a práxis não dita do discurso crítico. Nisso é ela perigosa; a filologia usa máscaras e manipula os dados.⁶

O primeiro período (entre 1830-1860) que se pode distinguir nessa história não tem o mérito bem reconhecido, com certeza não merece a indiferença onde o afundou a geração dos “sábios”. Quer se trate de pioneiros publicando com frenesi uma literatura que se descobre (Francisque Michel, a *Canção de Roland* ou de Roncevaux, 1837), ou do primeiro contato institucional (Francis Guessard lança em 1856 a coleção dos *Poetas Antigos da França*, subsidiada por decreto imperial), a edição é uma tarefa do gosto, de respeito neófito, de distinto romantismo. Corrige-se pouco uma língua que não se está

⁵ Encontra-se um bom histórico nas páginas 1-39 de A. Foulet e M. B. Speer, *On Editing Old French Texts* (FOULET; SPEER, 1979). Veja também as observações estimulantes de M. B. Speer (1980, p. 311-326).

⁶ Que não nos enganemos. A probidade filológica é em geral admirável. E sabemos a ajuda que trazem *ès-qualités* certos filólogos tais como Louis Havet em defesa do capitão Dreyfus.

seguro de conhecer bem; não se faz bricolagem com um manuscrito de que estamos contentes de dispor, que traduz com frescor e sentimento literário a Idade Média. Em caso de divergência nas fontes, nos atemos ao manuscrito preferido (sem deixar de fornecer, em nota, abundantes variantes), ou bem publicamos as variadas versões; o leitor é convidado a fazer um juízo, e a edição tem o ar de um dossiê. Estes trabalhos estimáveis poderiam ser mais utilizados.

Uma observação dessas teria feito sorrir no terceiro quartel do século. Uma ruptura profunda desenha um segundo período (entre 1860 e 1913). Os fatores que presidem tal ruptura são diversos: multiplicação de manuscritos, o que põe o problema editorial até o momento praticamente evitado; desenvolvimento de uma instituição medievalista (cadeiras, revistas, sociedades) a quem é confiada salvaguarda, mas também a restauração deste patrimônio nacional; entrada da filologia na esfera do pensamento positivo. Estamos tocados pela unidade epistemológica desses anos; uma vez que os linguistas classificam de maneira certa os manuscritos das línguas indo-europeias, tendo por tarefa reconstruir, como paleontólogos, o *Ursprache* primordial e perfeito, os filólogos adotam um método racional de classificação dos manuscritos, favorecendo a reconstrução do *Urtext* arquetípico. Reconstrução iluminada e figuração arborescente; este fim de século está cheio de ramagens, onde monstros improváveis protegem seus disparates medíocres. Num artigo da *Revue Critique d'histoire et de littérature* de 1866, Gaston Paris apresentou o método de construção do *stemma codicum* popularizado por Karl Lachmann, publicando em 1872 a primeira edição lachmanniana, e portanto científica, dum texto em francês antigo (cf. PARIS, 1872). Ato de audácia e dupla importação. Primeiro de uma metodologia germânica (daquilo que segundo Sedan acrescentaria outros rancores à querela científica); em seguida de uma metodologia elaborada para outros fins. Lachmann e seus predecessores haviam operado sobre o texto grego do *Novo Testamento*, sobre o *De Rerum Natura* de Lucrecio etc. (TIMPANARO, 1963, p. 36-42; 56-68). Textos antigos e venerados, que os escribas medievais haviam copiado com o maior respeito, não se culpando apenas das gralhas devidas à incompreensão, à inadvertência, à fadiga e ao cansaço. Partindo do princípio de que dois escribas não cometem os mesmos erros no mesmo lugar, a escola alemã deduziu que o acordo de dois manuscritos contra um terceiro indica com certeza a lição boa ou correta; a escola alemã encontrou uma maneira de forjar as relações de dependência entre as cópias (*stemma codicum*) e de reconstruir palavra

a palavra o arquétipo (crítica das lições). Pretende aproximar-se este último do texto original, ao unificá-lo linguisticamente (graças a conhecimentos gerais sobre a história do grego e do latim) e localizando o que na pureza arquetípica pudesse ainda ser gralha (crítica das formas). É aí que a filologia utiliza toda a usa medida, ciência e fineza ao serviço de uma burla diabólica; que se julga pelo carro chefe de Louis Havet (1911), somando, a uma vez, erudição insensata, tratado de criminologia e manual de psicologia clínica do escriba.⁷

A adesão de Gaston Paris (e em seguida de toda a filologia francesa) ao método de Lachmann, não sendo insensível à dúvida (como testemunha de diversas maneiras a longa introdução que ele faz a seu *Saint Alexis*) é também tão arriscada quanto definitiva. Falamos do estado de movência da obra medieval; mesmo na perspectiva, que é a de Gaston Paris, de uma autenticidade perdida, o escriba age com uma liberdade que faz dele de saída mais um remanejador do que um copista; e a parte do que podemos nomear de melhor maneira “intervenção consciente” é incalculável. A produção de um excedente do texto, de um excedente de sentido, está no centro da prática medieval da língua vulgar. O gesto de Paris é a negação brutal desta especificidade: toda variante é vista como uma falta, um erro, uma gralha. O método lachmanniano pode ser aplicado cientificamente (PARIS, 1872, p. 13) e faz surgir na desordem das folhas a figura evanescente do arquétipo. Compreende-se que o segundo tempo, a crítica das formas (restituição da linguagem original) seja ainda mais arriscado. Tendo se distanciado por desconfiança teórica acerca da multiplicidade de formas a seu dispor, o editor deve se agarrar a um alhures que ele não possui. Resta o engano e seu valor pétreo medíocre; ao publicar a *Histoire de Saint Louis* em 1874, Natalis de Wailly acredita que o escriba do original ditado por Joinville deveria pertencer à sua chancelaria; ele reescreve, portanto, o texto na língua das Chartres de Champagne. Resta o fantasma puro; a ideia de que o editor é uma gramática histórica iniciante em seu interesse pela língua, suposto equivalente perfeito (a atividade do escriba é sempre degenerescência) do original dado pelo autor.⁸ Gaston Paris reescreve a sua versão arquetípica do

⁷ É preciso examinar um dia as relações entre a crítica verbal e aquilo que se chamava à época a “antropologia criminal”, que foi de inspiração psicológica (Cesare Lombroso), sociológica (Gabriel Tarde) ou mais tecnicista (Alphonse Bertillon). Sabe-se que no espaço romanesco, a figura do filólogo pode duplicar-se na do detetive: pense em *Lokis* de Mérimée.

⁸ Notemos de passagem que a filologia lachmanniana não apenas repousa sobre a ideia dum autor do texto medieval, mas conforta a noção de “grande autor” à sua língua impecável e fazendo fé. Todo lapso é negado, toda incorreção: a filologia adiciona, sub-repticiamente, uma teoria gramatical típica das Belas Letras.

Saint Alexis; “eu penso que podemos reconhecer que o texto deste poema, tal como o dou ao público, oferece um espécime admissível da boa língua francesa tal como devia ser falada e escrita em meados do século XI” (PARIS, 1872, p. 135), e tal não é atestado em nenhuma parte, nem nos manuscritos de *Saint Alexis*, nem nos outros textos de língua vulgar, datando o mais antigo do século XII, e a maior parte do século XIII, que foi o grande século da escritura. Abandonando a abundância linguística atestada, embora tardia (e fazendo um pouco de desordem), a análise sonha com uma língua antiga pura como o granizo, desnudada e branca, como um esqueleto deixado no deserto, como uma igreja romana imaculada, no gosto do fim do século; “tentei fazer aqui pela língua francesa o que faria um arquiteto que quisesse reconstruir sobre o papel Saint Germain de Prés tal como a admirava o século XI” (PARIS, 1872, p. 136). Como observa agradavelmente Gianfranco Contini (1970, p. 63): “Paris quis ser, em suma, mais que Cuvier, o Viollet-le-Duc do francês del Mille”.

Além da filiação lachmanniana, o gesto de Gaston Paris funda o paradigma maior da atitude filológica. Demos um exemplo de tal atitude. Um dos atos de fé da gramática histórica é a existência no francês antigo duma flexão bicasual, opondo o caso subjetivo (função sujeito e atributo) ao caso do regime (que reúne na verdade todas as outras funções). Capta-se a importância dada ao fenômeno no discurso pedagógico sobre a língua antiga; a gramática histórica encontra aqui um terreno dileto. A existência duma declinação medieval demonstra com clareza uma pertença (ela é o rastro do latim no francês), figura de um modo simples e contável a evolução diacrônica (seis casos em latim, dois em francês antigo, nenhum em francês moderno), e representa facilmente a alteridade e a especificidade do francês antigo, língua flexionada. É verdade que os manuscritos mostram inumeráveis erros de declinação, e a pedagogia do francês antigo, neste domínio como em muitos outros, é um discurso da decrepitude; não há acordo nem mesmo sobre a data na qual o sistema sucumbiu. Não importa provar aqui que o dossiê deve ser reaberto; uma teoria mais conveniente não passa, de resto, sem dúvida, pela simples negação do fenômeno da flexão, mas por um deslocamento de seu *status* e por uma descrição mais fina. Gaston Paris, tipicamente, consagra mais da metade das cem páginas de sua *Crítica das formas* à fonética do texto; ele se atém um pouco à declinação, antes de concluir rapidamente sobre o verbo e a métrica. Para ele, não há dúvidas de que a flexão foi alterada no manuscrito, e que ela devia

ser perfeita no original: “estamos, portanto, autorizados [...] a restabelecer por todo lado a forma da declinação francesa tal como ela existia à época em que o poema foi composto” (PARIS, 1872, p. 106). Os setores em que a descrição gramatical, hoje não mais do que em 1872, não é de modo algum garantida, não faltam enquanto tal. Em morfologia, citemos os nomes próprios, que parecem repugnar a tomada do “s” da flexão. Assim no manuscrito *L*, estimado bem próximo do arquétipo, o nome próprio *eufemien* não aparece nunca sob a forma *eufemiens* em função de sujeito: “tut sul sen est eupemien turnet” (*L* 69e).⁹

A prática dos manuscritos *P* e *A* é variável; *S*, caprichosamente intercalado, dá sempre nesse caso “eufemiens”. Situação paradoxal para o olhar filológico, e bem interessante porque ela mostra na obra em *S*, em nossa opinião, uma hipercorreção, um emprego marcado da flexão nominal, do tipo “bom uso”. Gaston Paris não se perturba mais por um longo tempo; ele corrige o manuscrito *L*, através do qual ele aperfeiçoa o original, e põe em circulação para estes versos o texto crítico seguinte (onde, diga-se de passagem, todos os atributos de *eufemien* são corrigidos): “Toz sols s’en Eufemiens tornez” (*Saint Alexis*, 69e).

Em sintaxe tomemos um exemplo igualmente duvidoso e paradoxal. A expressão *avoir nom*, *avoir a nom* (se nomear) é frequentemente, senão nos textos, ao menos nos aparatos críticos (onde se lê a matéria antes da correção), seguida de um nome próprio no caso subjetivo; assim essa passagem, bem corretamente editada:

Al tens Innocent, apostoille de Rome, et Phelipe, roy de France, et Ricchart, Roy d’Engleterre, ot un saint home en France, qui ot nom Folques de Noilli...¹⁰

Este fenômeno, cuja importância é preciso levar em conta, parece opor-se à flexão defectiva do nome próprio, como ao nosso sentimento linguístico; uma marca de sujeito colocada sobre o que é propriamente um atributo do objeto. O fato é digno de interesse e análise; subentende-se que nossa análise gramatical não seja a da língua antiga, que vê em *avoir nom* uma

⁹ Utilizamos a edição diplomática publicada por W. Foerster e E. Koschwitz, *Altfranzösisches Uebungsbuch*, Leipzig: Reisland, 1902 (1911/4), p. 98-163.

¹⁰ Villehardouin, *La Conquête de Constantinople*. Éd. E. Faral, Paris: Belles Lettres, 1938, # I, p. 2. Todos os manuscritos concordam: Folques *OA*, Forques *B*, Foukes *CDE*.

relação predicativa simples e existencial, que surge do paradigma de *estre*,¹¹ da qual participa a marca flexional. Ainda é preciso que se trate de um fato: dado a ser lido. Nesta passagem do *Saint Alexis*, os três manuscritos principais concordam sobre a lição que comporta uma ocorrência de *avoir nomr*:

li uns acharies li altre anories ot num
(L 62b)

li uns akaries li altre honorie out num
(P 62b)

li uns achaires li altres oneries out num
(A, deslocado para 72b)

Com exceção da forma “honorie” de *P*, a concordância está, portanto, completa sobre uma “correta” lição de caso subjetivo. Gaston Paris, pronto a distribuir os *-s* desinenciais para restaurar os nominativos defectivos, agiu neste caso com uma destreza igual, mas inversa. Tal é a pregnância anacrônica e inconsciente do modelo gramatical; o editor retira “um *s* ao qual não têm direito, já que depois de *avoir nom* o nome próprio naturalmente segue o regime” (PARIS, 1872, p. 107), e publica:

Li uns Arcadie, li altre Honorie out nom (*Saint Alexis*, 62b).

O problema desaparece, e os gramáticos seguintes, que se apoiam nessa famosa edição, poderão afirmar que o atributo do objeto está em francês antigo “naturalmente” no caso do regime. Logo os editores tomarão esses gramáticos como autoridades.

Um terceiro período abre-se com Joseph Bédier que, republicando em 1913, na *Sociedade de Textos Antigos Franceses*, a edição (de estrita obediência lachmanniana) que ele havia dado em sua juventude do *Lai de l'Ombre* de Jean Renart, emite dúvidas sobre este método. Ampliadas e justificadas,¹² tais dúvidas tomaram a forma de um artigo que, em língua admirável e com a graça de um belo espírito, enterrava Lachmann (BEDIER, 1928). Não há necessidade

¹¹ Aproximar da expressão *soi faire*, glosada como “devir” por G. Moignet em sua *Gramática* (MOIGNET, 1973, p. 91), e que pode ser seguida do caso subjetivo; “Li empereres se fait e balz e liez” (*Chanson de Roland*, 96).

¹² Mesmo sob a visão do lachmannismo “evoluído” de Dom H. Quentin (1926), que abandona a noção irritante de erro em prol da variante; a classificação se opera, sem prejuízo, colocando-se todas as divergências sobre o mesmo plano.

de resumir as ideias de Joseph Bédier que conheceram na França um sucesso absoluto, e em parte lamentável; uma vez admitidas, praticadas, elas deixaram de suscitar outros debates, marcando nesse país uma espécie de fim da história filológica, a atividade editorial regular, mas tranquila, que se sustentava em uma verdade revelada. Ora, tal verdade é essencialmente duvidosa, e está longe de ser geral. Bédier não é um teórico, e a ele convinha fazer o papel do indivíduo, meio germanóphobo, desafiando a matematização de uma literatura que ele conhecia maravilhosamente, dotado de uma inteligência fina com gosto pela provocação hábil. Não escolheu o *Lai de l'Ombre*, único texto medieval do qual podemos supor, na ótica tradicional, que seu autor interveio numa cópia ulterior? Se há revisão, o *stemma codicum* gira sobre si mesmo, a bela arborescência, transforma-se num rizoma flácido. Da mesma maneira, Bédier não atacou o método lachmanniano de frente; ele descobriu, em 1913, esta “lei surpreendente”: 95% das edições que ele consultou apresentam um esquema bífido, dois galhos (quer dizer duas cópias supostas) derivando do original. Tudo se passa como se o inconsciente estivesse inscrito no método, e fizesse com que em certo momento o autômato produtor de texto por etapa de “dois contra um” fosse sempre deixando o filólogo agir segundo sua escolha. Se o método científico fosse secretamente minado pelo desejo, por que engendrar monstros e não chegar a uma concepção humanista da edição, consciente de seus limites e de suas escolhas? Convém reter o melhor manuscrito e o fixar ou estabelecer, reduzindo e explicitando as correções necessárias.

Tal é o “bedierismo” adotado pela filologia francesa e anglo-saxônica.¹³ De certa maneira, tal atitude recebeu mais tarde, e, sem dúvida, sem querer, o apoio duma corrente modernista. O manuscrito assim publicado, feito por uma única mão, é um segmento de língua homogeneizado pelo intervencionismo do copista, realizado em vistas de uma situação de comunicação literária efetiva, é um real. Não se pode, no entanto, esconder uma dupla inquietação. Em primeiro lugar, um sentimento de frustração e de temor. Certamente já não se trata, na atividade editorial, de evocar um fantasma, o do “autor” anacrônico; mas devemos nos restringir ao diálogo com um escriba cuja obra é apenas “boa”, sem considerar outros efeitos estéticos interessantes, que não têm nada a ver com a “originalidade” de um autor, mas dizem respeito à movência da produção literária medieval? E se a cópia estivesse excessivamente

¹³ Posta de parte a excelente recolha preparada pelo italianista Ch. Kleinhenz (1976).

boa, representando por aberração particular a própria imagem que o filólogo forma da língua e da literatura medievais? Pensemos na cópia que Guiot de Provins estabeleceu das obras de Chrétien de Troyes, tão apreciada pelas escolas francesa e anglo-saxônica, e que passa um curioso sentimento de edição crítica: com Guiot está-se entre eles. Tudo isto parece animar o neolachmannismo militante, simpático e aberto da escola italiana, e deixa pensar que a história não chegou ao fim.¹⁴ Em seguida, é tentador pôr Lachmann e Bédier lado a lado; o impressionante método alemão e o elegante empirismo francês compartilham a mesma finalidade: reduzir e estabilizar o transbordamento que constitui a tradição manuscrita. Neste sentido, o acordo entre os partidários da movência e os discípulos de Bédier é um mal entendido singular; pois estes fixam da diversidade textual um instantâneo (como se diz de uma foto), certamente preferível à reconstrução positivista, mas que como ela deixa o excedente da língua no lugar que lhes é conveniente: nas margens.

MISE EN PAGE

O interesse deste debate está no seu aspecto prático. Em qualquer perspectiva que se adote, tem-se sempre de manipular os fatos linguísticos e de dispô-los, para depois os dar à leitura. Retomemos a *Conquista de Constantinopla* de Geofroy de Villehardouin. O melhor manuscrito dela é o O (Oxford, Bodléienne Laud. Misc. 587), que serve de base à edição de Edmond Aral, a qual lhe é, *grosso modo*, fiel (Introdução, p. XLIV-LIII; note 18). Pode ser lida, em consequência, bem confortavelmente; vejamos esta passagem do parágrafo 70 à qual acrescentamos o trecho correspondente do aparato crítico:

Icil(*l*) Alexis si(*m*) prist son frere l'empereor(*n*), si(*o*) li traist les iaulz de la teste et se(*p*) fist empereor (*q*) en tel traïson con vos avez oi (*r*).

¹⁴ O neolachmannismo transalpino atém-se sem dúvida ao forte sentimento de continuidade que os intelectuais italianos experimentam por sua Idade Média, à percepção quase interna que têm dela (veja o ótimo *O nome da rosa*, de Umberto Eco [Milan: Bompiani, 1980]). A compreensão mais imediata da língua, acompanhada de perto por uma corrente ininterrupta de edições e comentários lhes dá alguma segurança. Em revanche, o classicismo francês do século XVII instaura uma ruptura dramática e, fixando a língua e instituindo as Belas Letras, deixa todo o precedente na alteridade e sob suspeita. Junte-se a isto o fato de os editores neolachmannianos (Maria Corti, d'Arco S. Avalle, Cesare Segre etc.) serem de resto, com Umberto Eco, os mestres da semiótica literária italiana, conhecidos do grande público por seus trabalhos sobre Pavese, Joyce e outros. Pode-se ver um vínculo entre o seu intervencionismo editorial e sua convicção de que o texto literário é legitimado por uma teoria, assim como por uma metodologia estrita de leitura e análise. Os editores franceses dos textos medievais não saem mais de seu domínio, emitindo poucas ideias gerais, e se fiam ao menos da semiótica. O bedierismo se tornou na França um pensamento conservador. Mas ele foi alguma vez outra coisa?

(70) – 1. Et cil B, Cil CDE. - m. Alexis si manque dans CDE. – n. L'empereur manque dans B. – o. et CDE. - p. Manque dans B – q. empereor de soi B, - r. com oés CDE. –

O exemplo é bem simples, a frase límpida, e as variantes, pouco numerosas e elementares, opõem à primeira vista o manuscrito B de um lado, o grupo CDE do outro. No entanto, fica evidente que uma segunda, senão uma dupla análise seja necessária. Fixemo-nos em CDE; observa-se no curso da leitura: uma divergência entre o demonstrativo (Icil: cil), a ausência de um membro da frase (Alexis si), outra coordenação (si: et), uma mudança de tempo (con vos avez oï: com oés). Um pouco de tudo aquilo com que a análise gramatical não sabia lidar, salvo, e é assim que ela o faz, para alimentar o seu arquivo com entradas como “demonstrativo”, “coordenante”, “compartimentos verbais”. Assim faz a gramática: a sintaxe é dissolvida, reduzida a uma morfologia cega aos movimentos do texto. Se reagruparem-se as variantes de CDE, uma estrutura aparece, e seu sentido:

Cil prist son frere l'empereor et li traist les iaulz de la teste et se fist empereor en tel traïson com oés.

Três proposições de estrutura simples (a primeira tem por sujeito o pronome *cil*) são coordenadas por *et*; os três predicados equilibrados são anexados finalmente ao plano da enunciação, o que convida a considerar de novo o texto do manuscrito O. Observa-se agora as operações de tematização e de ruptura que ele comporta:

Icil Alixis si prist son frere l'empereor, si li traist les iaulz de la teste et se fist empereor en tel traïson com vos avez oï.

A primeira proposição tem por sujeito um nome próprio, precedido por um demonstrativo intensivo, e destacado pelo elemento de articulação *si* que introduz o predicado; este elemento leva igualmente à ruptura o segundo predicado, coordenado ao terceiro; a referência em relação à situação de enunciação é enfim mantida. Temos assim dois enunciados homogêneos cuja variação é coerente,¹⁵ e que traduzem duas perspectivas (tematizante/não tematizante). Não convém procurar de novo qual é o mais próximo do

¹⁵ Assim, a troca “cil prist” -> “icil Alexis si prist”, desnaturada pelas variantes *l e m*.

“original”, ou ainda (reflexo igualmente perverso) qual o mais antigo; é preciso considerar a sua equivalência. A atividade literária medieval produziu famílias de paráfrases, que são o próprio dado da investigação sintática; o que o linguista obtém de mais precioso dum locutor nativo, o movimento do seu falar, o jogo da forma e do sentido, está exposto pelo manuscrito, e disperso pela edição.

Certamente se trata de uma questão técnica: como visualizar, e, mais exatamente, como ancorar as variantes? Mas a resposta dos editores não é apenas tecnicista, ela se liga a grandes opções da gramática histórica e as revela. Tal teoria, ocupada principalmente pelo devir individual dos sons, praticamente não se aventurou para além do léxico e da morfologia; pensamento do elemento e não do sistema, ela não tem nem os meios nem o desejo de tomar por objeto a sintaxe. Neste plano, há uma continuidade perfeita entre Karl Lachmann e Joseph Bédier. O aparato crítico, por sua disposição, por seu funcionamento, traduz a manutenção do arcabouço historicista mais tradicional: a mudança na língua é uma coisa de sons e palavras. A sintaxe fica à margem, fora do pensável. A mobilidade deve ser sempre construída; é na melhor das hipóteses uma transformação “harrissiana”: co-ocorrência sistemática de variantes.

É preciso, portanto, operar para cada um dos manuscritos um achatamento, uma volta ao texto como fizemos com *CDE*. Assim para o manuscrito *B* (Bibl. Nacional, acervo francês 2137),¹⁶ a menos de dispor da edição, cheia de ensinamentos, dada pelo C.R.A.L.,¹⁷ e comparar linha por linha. Mas para os outros manuscritos, será preciso multiplicar os livros? Ou desdobrar o livro, publicando lado a lado, como o faz Jean Rychner para o *Lai de Lanval*, ou em seguida como Peter Dembowski para a *Vie de Marie l'Egyptienne* (DEMBOWSKI, 1977), as diferentes versões de um texto? Vale a pena, complicando a tipografia, os signos diacríticos, as remissões, seguir o modelo, muito científico, mas bem pouco legível, proposto pela escola alemã de edição dos manuscritos modernos?¹⁸ Não se deixa o espaço bidimensional da página impressa, a redução por ele operada, a inflexão teórica que sempre tem tal redução. Avançaremos para concluir outra solução.

¹⁶ O que surge, entre *p* e *q*, a equivalência “et se fist empereor” -> “et fist empereor de soi”. Recordemos o exemplo citado na nota 11, e o valor existencial atribuído à expressão *soi faire* seguida do caso subjetivo; apostemos que não poderemos agora construir uma equivalência “se fait e balz e liez” -> “fait de soi e balz e liez”.

¹⁷ Josfroi de Vileharduyn, *La conquête de Constantinoble*. Éd. par la section de traitement automatique des textes d'ancien français du C.R.A.L. Nancy, 1978. [C.R.A.L.: Centre de Recherches et d'Applications Linguistiques, Université de Nancy II]

¹⁸ Veja por exemplo G. Martens (1971).

A informática já prestou grandes serviços para a filologia, pela quantidade de dados que ela permite reunir, pela facilidade com a qual ela trata esses dados; os *softwares* que, em alguns segundos, produzem concordâncias e listas de frequência lexical ou grafêmica, índices inversos etc., comparam dois textos, e até buscam uma estrutura sintática, são agora já triviais.¹⁹ O progresso tecnológico está em outro lugar, no diálogo entre a máquina e o utilizador, e na visualização dos resultados (“janelas” da tela). Pode-se imaginar na sequência uma edição de textos medievais sob a forma de um disco flexível onde estão estocados os conjuntos textuais e digitais diversos, que o leitor consulta por livre escolha, fazendo-os aparecer em diversos lugares da tela.²⁰ Uma manipulação simples permite ler, isoladamente ou em co-ocorrência: uma edição antiga, uma tentativa neolachmanniana, uma edição bedierista, a cópia diplomática dos principais manuscritos (ou, através de um vídeo, a sua reprodução); ou ainda, para tal trecho, o texto justaposto e completo da tradição manuscrita; ou ainda os cálculos de todos os tipos operados sobre estes conjuntos textuais e postos em paralelo etc. O computador está à frente da imaginação filológica e linguística.

A página estaria então, propriamente, *virada*. Pois o leitor permanece livre diante do trabalho do editor, que ele consulta, completa, ou questiona; pois a rede eletrônica, por sua mobilidade, reproduz o texto em sua própria movência. É a informática reencontrando o caminho de uma literatura antiga da qual o livro impresso havia apagado o registro: bom tema para a meditação.

ENCOMIUM TO DEVIATION

ABSTRACT

This paper discusses the philological approaches to the problem of the comprehension and treatment to be conferring to deviations – or variations – identified in the manuscript sources. The author starts from the nostalgic ideal of the pioneers of Philology, who pursued the reconstitution of a safe and original text, for question him, indicating that the variants are essential characteristics in various traditions of handwriting. Dealing particularly with the literary works of the Middle Ages, the text seeks to demonstrate how the medieval texts are

¹⁹ Assim, o *Oxford Concordance Program* (OCP) da Universidade de Oxford e os programas *Humanities* (UNIX System) da Universidade da Califórnia (Berkeley).

²⁰ Um projeto dessa ordem, para um texto do século XVII, está em estudo na Universidade de Paris VIII (Groupe Paragraphe: P. Greussay, R. Laufer, B. Cerquiglini).

oppose to the ideas of authenticity and uniqueness that commanded the methods of approach of the French Philology.

KEYWORDS: *Authenticity. French Philology. Medieval handwriting. Variant.*

REFERÊNCIAS

BÉDIER, J. La tradition manuscrite du *Lai de l'Ombre*; réflexions sur l'art d'établir les anciens textes. **Romania**, v. 54, p. 161-169; 321-356, 1928.

CERQUIGLINI, B. Éloge de la variante. **Langages**, v. 69 (Manuscrits-Écriture/Production linguistique), p. 25-35, 1983a.

CERQUIGLINI, B. Für ein neues Paradigms der historischen Linguistik: am Beispiel des Altfranzösischen. In: CERQUIGLINI, B.; GUMBRECHT, H. U. (Eds.). **Der Diskurs der Literatur und Sprachgeschichte**. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe. Frankfurt, 1983b.

CHAYTOR, H. L. **From script to print**. Cambridge: Cambridge University Press, 1945.

CONTINI, G. Rapporti fra la filologia (come critica testuale) e la linguistica romanza. **Actes du XIe Congrès International de Linguistique et de Philologie romanes**, v. I. Bucarest: Ed. Académie, 1970.

DANTE ALIGHIERI. **De vulgari Eloquentia**. Ed. A. Marigo. Florence: Le Monnier, 1957. [Opere di Dante, 6]

DEMBOWSKI, P. (Ed.). **La vie de Saint Marie l'Égyptienne**. Edité par P. D. Dembowski. Genève: Droz, 1977. [Publications romanes et françaises, 144]

FOULET, A.; SPEER, M. B. **On editing Old French texts**. Lawrence: Regents Press of Kansas, 1979.

HAVET, L. **Manuel de critique verbale appliquée aux textes latins**. Paris: Hachette, 1911.

KLEINHENZ, Ch. (Ed.). **Medieval Manuscripts and Textual Criticism**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1976.

MARTENS, G. Textdynamik und Edition. Ueberlegungen zur Bedeutung und Darstellung variierender Textstufen. In: MARTENS, G.; ZELLER, H. (Hrsg.). **Texte und Varianten**. Munich: Beck'sche Verlag, 1971. p. 165-201.

MOIGNET, G. **Grammaire de l'ancien français**. Paris: Klincksieck, 1973.

ORNATO, E. L'Édition des textes médiévaux conservés dans des manuscrits autographes. In: **Les Manuscrits. Transcription, édition, signification**. Symposium du C.A.M., septembre, 1974. Paris: Presses de l'E.N.S., 1976.

PARIS, G. (Ed.). **La vie de Saint Alexis, poème du XIe siècle**. Paris: Franck, 1872.

QUENTIN, H. **Essais de critique textuelle (Ecdotique)**. Paris: Picard, 1926.

RYCHNER, J. (Ed.). **Marie de France. Le Lai de Lanval**. Texte critique et édition des quatre manuscrits français par Jean Rychner. Genève: Droz, 1958. [Textes littéraires français, 77]

SPEER, M. B. Wrestling with change: Old French textual criticism and *mouvance*, **Olifant**, v. VII, n. 4, p. 311-326, 1980.

TIMPANARO, S. **La genesi del metodo del Lachmann**. Florence: Le Monnier, 1963.

WARNKE, K. (Ed.). **Vier Lais der Marie de France**. Halle: Max Niemeyer, 1925. [Sammlung romanischer Uebungstexte, 2]

ZUMTHOR, P. **Parler du Moyen Age**. Paris: Minuit, 1980.